

VOZES NAS MÃOS ECOAM COMUNICAÇÃO: COMO OS SURDOS SÃO ASSISTIDOS EM UM MUNICÍPIO DO PIAUÍ

Jaciara Lobato Louzeiro ¹
Ana Raquel da Silva Mesquita ²

RESUMO

Aborda-se nesse trabalho a Educação Especial através da forma como a pessoa surda é assistida no Município de Corrente-PI. Objetivou-se através dessa busca por informações, de forma geral, conhecer as assertivas que o município disponibiliza as pessoas consideradas surdas, destacando que ao longo dos anos foram deixados à margem, mas que através dos avanços, leis e decretos que os asseguram, podem ser vistas sob uma nova perspectiva. Especificamente objetivou compreender como ocorre a busca e inclusão da pessoa surda através das políticas públicas sociais e educacionais e analisar os processos formativos e atuação dessas pessoas na sociedade. Diante dos seguintes questionamentos como situações problemas: Quem são os surdos na cidade de Corrente-PI? Eles estão dentro da sala de aula ou “escondidos” em casa? Como estão sendo assistidos? Está comunidade tem sido incluída nas escolas? Ambos recebem o atendimento especial individualizado? Existe um professor de Libras para ensiná-los a comunicar através da língua Brasileira de sinais nas escolas? Como ocorre a assistência social? Esta produção se torna relevante pela constante necessidade de reflexão acerca da efetividade do despertamento de um novo olhar para os surdos na cidade campo de pesquisa. Para a construção e análises dos dados optamos pela pesquisa qualitativa com realização de entrevistas com profissionais que atuam na área social e educacional. Os resultados até aqui evidenciaram que o município caminha em passos lentos, além de ser possível apontar as falhas e ainda as poucas ações que são feitas para trazer as pessoas surdas para dentro do ambiente escolar.

Palavras-chave: Educação Especial, Pessoa Surda, Surdez, Libras, Inclusão.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, no artigo 5º assegura o acesso à educação como direito de todos os cidadãos, contudo percebe-se que na atual realidade brasileira não há o cumprimento dessa garantia, principalmente no que diz respeito aos surdos e sua inclusão. Partindo desse pressuposto e do decreto 5.296 de 2 de dezembro de 2004 que regulamenta e dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e estabelece critérios básicos para a promoção da acessibilidade, acesso à informação, direito à educação, trabalho e saúde, este trabalho apresenta pontos relevantes sobre o debate de valorização e inclusão da pessoa surda no meio social através da educação escolar.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí-Campus-Corrente, jaciaralouzeiro@aluno.uespi.br

² Graduada do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí-Campus-Corrente, aninharaquel.2012@hotmail.com;

Ao observarmos a importância dessa temática de inclusão de boa parte da comunidade surda tudo isso nos dispõem a repensar esses direitos e ainda identificar a sua efetivação. Diante disso surgem alguns questionamentos como situações problemas, sendo eles: Quem são os surdos na cidade de Corrente-PI? Eles estão dentro da sala de aula ou “escondidos” em casa? Como estão sendo assistidos? Está comunidade tem sido incluída nas escolas? Ambos recebem o atendimento especial individualizado? Existe um professor de Libras para ensiná-los a comunicar através da língua Brasileira de sinais nas escolas? Como ocorre a assistência social?

Nesse sentido, este trabalho objetivou, de forma geral, conhecer as assertivas que o município disponibiliza as pessoas consideradas surdas, considerando que ao longo dos anos foram deixados à margem, mas que através dos avanços, leis e decretos que os asseguram, podem ser vistas sob uma nova perspectiva, trazendo respostas as questões problemas levantas. Especificamente objetivou compreender como ocorre a busca e inclusão da pessoa surda através das políticas públicas sociais e educacionais e analisar os processos formativos e atuação dessas pessoas na sociedade.

O artigo está estruturado em tópicos que explanam: a perspectiva teórica, baseada no contexto histórico e seus reflexos na atualidade, bem como concepção prática das ações atuantes no meio social através do que vem sendo produzido no meio escolar no que se trata da inclusão da pessoa surda. Além disso, apresenta-se a metodologia geral do título baseada em abordagem qualitativa e realização de entrevistas, bem como as considerações finais como parte integrante do desenvolver dessa produção.

Diante das propostas que foram levantas, esta pesquisa apresentou-se relevante pela constante necessidade de reflexão acerca da efetividade do despertar de um novo olhar para os surdos na cidade campo de pesquisa, e ainda de olharmos para essa comunidade sob outra perspectiva no que diz respeito a torná-los cidadãos ativos. Vale destacar que, em tempos atuais muitos são excluídos por não serem conhecidos por gestores educacionais, assistência social e muito menos por escolas. Essa realidade decorre de diversos fatores: falta de busca ativa por eles, precariedade da educação, dificuldades em estabelecer um método de ensino que os atendam, resultando assim num cenário que não valoriza a importância da aquisição da sua língua materna.

Diante desses primeiros resultados aqui obtidos, considerando que daremos continuidade a esta pesquisa, foi possível perceber que a o município campo de investigação precisa buscar mais informações são a presença das pessoas surdas, em especial sua presença em instituições escolares.

METODOLOGIA

Mediante os objetivos mencionados, este estudo utilizou a abordagem qualitativa que tem se afirmado como promissora possibilidade de investigação em pesquisas realizadas na área da educação, pois um estudo com essa abordagem caracteriza-se pelo enfoque interpretativo e reflexivo (ERICKSON, 1989). No que se trata da técnica de investigação adotamos a entrevista como meio eficaz, pois a mesma tem a capacidade de atrair as pessoas para a busca de informações. Considerando que entrevistamos porque temos interesse nas histórias de outras pessoas, este seria, segundo Seidman (1991), o principal motivo de se realizar uma entrevista, pois despertamos curiosidade por histórias, reflexões, ordenamentos dos fatos e acontecimentos que marcaram um momento.

Pelo fato de a natureza do objeto do estudo exigir interação entre pesquisador e pesquisado para contextualizar as experiências, vivências e sentidos, os profissionais escolhidos para a entrevista foram: um assistente Social que atende o município, uma média de dois gestores escolares, duas ou três docentes atuantes na rede municipal de ensino, etc. Considerando que o município campo de pesquisa possui poucos profissionais para cada área, pois a população é pequena, o critério de escolha desses profissionais de seu pelo acesso que ambos têm ao sistema municipal de educação, tendo assim contato constante com tabelas, matrículas, assistência social, etc.

Diante do exposto, todos os entrevistados ficaram livres para responder as questões problemas dessa pesquisa dentro da sua função e trabalho desenvolvido, sendo elas: Quem são os surdos na cidade de Corrente-PI? Eles estão dentro da sala de aula ou “escondidos” em casa? Como estão sendo assistidos? Está comunidade tem sido incluída nas escolas? Ambos recebem o atendimento especial individualizado? Existe um professor de Libras para ensiná-los a comunicar através da língua Brasileira de sinais nas escolas? Como ocorre a assistência social? E assim acrescentar em suas falas o que mais agregaria a investigação. Ambos foram ouvidos por meio digital através de aparelhos de celular, respeitando as normas de distanciamento social devido a pandemia advinda do Corona Vírus.

A PESSOA SURDA E A INCLUSÃO: UMA REFLEXÃO TEÓRICA

Ao longo da história da educação de surdos, em especial no Brasil, desenvolveu-se uma preocupação exacerbada com o desenvolvimento da inclusão através da linguagem, estrutura e políticas públicas para diversos fins, mesmo que na teoria. A frase: “Fazer o surdo falar e ler os

lábios, permitirá o acesso à linguagem e inclusão” buscou garantir o desenvolvimento de técnicas e metodologia altamente especializadas e a tão desejada inclusão.

Sabe-se, historicamente abordando, que antes de surgirem discussões sobre aspectos pedagógicos e a educação em si do surdo, ambos eram rejeitados pela sociedade e até isolados em asilos para serem “protegidos”, pois não se acreditava que pudessem ter uma educação em função da sua ‘anormalidade’, ou seja, aquela conduta marcada pela intolerância obscura na visão negativa sobre os surdos, via-os como “anormais” ou “doentes”. Muitos anos depois foram então vistos como cidadãos com direitos e deveres de participação social, mas sob uma visão assistencial excluída.

Com o passar dos anos, o aperfeiçoamento foi ocorrendo em diversas áreas, como: educacional, clínica, social e política. Contudo, vale destacar que não podemos deixar de reconhecer que a história do povo surdo mostra que por muitos séculos de existência, a pedagogia, as políticas e muitos outros aspectos próprios desse grupo têm sido organizados geralmente no ponto de vista dos sujeitos ouvintes e não dos sujeitos surdos que, quase sempre, são incógnitos como profissionais que poderiam contribuir com suas competências essenciais e de sua diferença do Ser Surdo.

Considerando, tradicionalmente falando, que a pessoa com surdez foi e ainda é, através dos rastros deixados pelo passado, concebida como um ser inferior, não raro considerada anormal, dependente de outras pessoas e incapaz de se prover, a emancipação do discurso contrário se faz necessário, uma vez que ser surdo não é apenas “não ouvir”, é um conceito muito mais amplo onde envolve ver o mundo de forma diferente da ótica de mundo do ouvinte. Considera-se, aqui, que a surdez não consiste somente em uma deficiência sensorial, mas sim, em algo mais complexo que exige conhecimento, pesquisa e valorização.

Como mencionado, evoluções ocorreram entre lutas e desafios, as normativas legais se posicionaram e políticas foram implantadas viabilizando a inclusão do ser surdo. O art. 205 da nossa atual constituição no título da ordem social apresenta a educação como “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Logo, como todos somos iguais perante a lei, não deve haver diferenciação na oferta de um direito fundamental como a educação. Outro ponto relevante que vale destacar são que as políticas públicas voltadas ao surdo no Brasil, como a Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva, fundamentaram-se na perspectiva biomédica de inclusão do surdo na sociedade ouvinte, através da disponibilização de aparelhos auditivos dentre outras práticas de oralização, integrando esse grupo a um todo valorizando-os.

No que se trata das políticas nacionais de inclusão escolar, ambas estão baseadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação do Brasil (LDB, Lei 9394/1996), que define Educação Especial como a modalidade escolar para educandos "portadores de necessidades especiais", preferencialmente na rede regular de ensino (Capítulo V, artigo 58). Nesse sentido, os representantes do governo evocam a Declaração de Salamanca, documento elaborado por ocasião da Conferência de Salamanca realizada na Espanha de 07 a 10 de junho de 1994 com a presença de mais de 392 representações governamentais, entre elas representantes brasileiros e mais de 25 organizações internacionais com representantes da UNESCO e das Nações Unidas.

A política de inclusão escolar tem como objetivo a promoção da educação para todos. Na prática, as políticas quase ignoram, ou talvez, interpretam palavra "preferencialmente" como "exclusivamente" na rede regular de ensino. Partir de algumas considerações, propor-se-á uma reflexão sobre as diferenças implicadas na educação de surdos que passam a ser confrontadas com as propostas atuais de inclusão. Ater-se-á primeiramente a caracterização das diferenças com base na análise do discurso dos próprios surdos e de "ouvintes". Assim, prevê-se o "atendimento" dos "portadores de necessidades especiais" na rede regular de ensino com serviços de apoio especializado, quando necessário'.

Vale mencionar que essa separação entre inclusão social e escolar se trata de uma separação artificial, já que não há como cindir as duas, ambas fazendo parte de um mesmo processo social. Introduzem-se aqui as reflexões de Paulo Freire sobre a "cultura do silêncio" e as discussões sobre minoria social, política, linguística e cultural: ser o "menor", sentir-se "menor". A título de uma educação para todos, silenciam-se vozes e impõem-se relações de minoria-maioria representadas e validadas pelo processo educacional, fruto da cultura do oprimido. Sofrer no silêncio e sentir-se "menor" são formas de consolidação de uma política de exclusão que reproduza ideia de "um mundo homogêneo" (SKLIAR, 1997), globalizado.

Pois como afirma Strobel (2008, p.49), o nascimento de uma criança surda é um acontecimento natural para a maioria das famílias surdas, porque o povo surdo não vê esta criança como um "problema social" como ocorre com a maioria das famílias ouvintes. No caso aqui estudado o estigma é gerado pela desinformação e pelo preconceito, os familiares dos surdos muitas vezes por falta de conhecimento privam o direito deles a língua de sinais, como descrito por Strobel (2008, p.51), com famílias ouvintes o problema encontrado para esses sujeitos surdos é a carência de diálogo, entendimento e da falta de noção do que é a cultura surda. De acordo com a autora, em famílias ouvintes as crianças surdas apenas observam as conversas e discussões que não são direcionadas a elas, neste caso conforme a autora ocorre o isolamento das crianças surdas dentro da própria casa devido às barreiras de comunicação.

Contudo entre os desafios enfrentados pelos surdos, há um sentimento de mudança pairando no ar, além de afirmar que vivemos um momento pródigo e ímpar, já que muitas conquistas foram alcançadas, como: a oficialização da LIBRAS, o direito do surdo de ter um intérprete, a obrigatoriedade de formação nas áreas de licenciaturas, a inclusão de libras em alguns currículos. Pois como aborda o Art. 2º do Decreto 5626/2005 “Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras”.

Os estudos Surdos em Educação podem ser definidos como um território de investigação educativa e de proposições políticas que, por meio de um conjunto de concepções linguísticas, culturais, comunitárias e de identidades, definem uma particular aproximação ao conhecimento sobre a surdez e os surdos. Nesses estudos, temos descrito a surdez nos seguintes termos (SKLIAR, 1998): uma experiência visual, uma identidade múltipla e multifacetada, que se constitui em uma diferença politicamente reconhecida e localizada, na maioria das vezes, dentro do discurso da deficiência. (SKLIAR, 2000, p. 11).

A escola é uma instituição aberta à diversidade, o multiculturalismo dentro da educação vem como decorrência de se ter alunos pertencentes a diferentes universos nas salas de aula, do ponto de vista cultural, social, linguístico e religioso e de se ter o desafio de transformar o espaço escolar em um espaço democrático, que possa oferecer igualdade de oportunidades, dando por isso mesmo as condições de atendimento educacional diferentes a alunos diversos. Pois, segundo Sasaki (2009, p. 01) inclusão não é apenas matricular o aluno na escola, “é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana”. Não basta matricular, permitir a frequência do aluno, é necessário assegurar acessibilidade, igualdade de oportunidades, a não discriminação pela deficiência, ou o que vai acontecer é apenas a integração do estudante.

A conscientização é apenas o primeiro passo, para que cada vez mais alunos sejam incluídos no ensino regular e assistidos em suas particularidades. A partir dela a gestão pode incluir no PPP metodologias que contemplem a todos, uma estrutura física mais acessível e orientar as ações dos professores. Além de necessário, é urgente que haja mais pesquisas e projetos voltados para a inclusão das pessoas com deficiência em todos os níveis e modalidades de ensino para que essas pessoas tenham garantido o direito de uma formação completa.

Incluir não é algo que depende apenas de recursos didáticos e físicos, pois a escola pode ter tudo, como: Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), materiais para pessoas com baixa visão, livros adaptados, mas o diferencial sempre é o profissional. É viável que os sistemas de

ensino organizem as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os estudantes. A acessibilidade deve ser assegurada mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliários – e nos transportes escolares, bem como as barreiras nas comunicações e informações. Contudo, se a comunidade escolar não entender a importância de incluir e apresentar vontade e atitude para mudar o processo de ensino vigente, a maior das barreiras não será quebrada.

VISÃO PRÁTICA DA INCLUSÃO DA PESSOA SURDA NA SOCIEDADE ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO

Analisando as falas dos entrevistados foi possível perceber como está o andamento da educação especial, inclusão e acessibilidade da pessoa surda aos seus direitos e deveres no município campo de pesquisa. Todos os entrevistados responderam as seguintes questões problematizadoras: Quem são os surdos na cidade de Corrente-PI? Eles estão dentro da sala de aula ou “escondidos” em casa? Como estão sendo assistidos? Está comunidade tem sido incluída nas escolas? Ambos recebem o atendimento especial individualizado? Existe um professor de Libras para ensiná-los a comunicar através da língua Brasileira de sinais nas escolas? Como ocorre a assistência social? E assim acrescentar em suas falas o que mais agregaria em informação.

O primeiro entrevistado foi o Assistente Social, o mesmo falou que o contato que tem é apenas com as famílias e busca assim atender a parte que lhe é cabível, como o direito ao benefício: “[...]pois todos precisam de uma renda para se manter, além disso atendemos a parte de passe livre, busca por aparelhos auditivos.... Possuem benefício vitalício e dependem das famílias para manterem os cadastros e o chamado BPC benefício de prestação continuada”. Ainda mencionou que: “[...] o benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção e muitas vezes nem ajuda da própria família. Para ter esse direito é necessário que a renda por pessoa do grupo familiar seja menor que $\frac{1}{4}$ do salário mínimo”. No que se trata da parte educativa o profissional afirmou que os surdos que são cadastrados não estudam, seja por desleixo ou falta de orientação das famílias.

Realizando uma análise da fala do profissional, o seu dever como assistente em prover a garantia dos direitos sociais são feitos à medida que chegam buscas e cadastros nos centros

de assistência. Por outro lado, esse assistencialismo se encontra distante das informações voltadas para a educação desse público. Na busca por novas averiguações, não conseguimos contato com outros profissionais que desejávamos, pois aos que entramos em contato se dispuseram como indisponíveis e sem informação necessária para prestar uma entrevista.

Assim, fomos orientadas a buscar informações no Instituto Federal do Piauí-Campus Corrente. Ao chegar no local fomos direcionadas a entrevistar uma docente que coordena o Núcleo de apoio aos alunos com necessidades específicas- NAPNE da instituição. Esse núcleo visa apoiar e viabilizar as assertivas de ensino para pessoas com necessidades especiais. Eles têm todo um percurso desde a estrutura de acompanhamento com os alunos com necessidades especiais ou alguma deficiência específica até a estruturação e inclusão dos mesmos. Além disso, conta com a contribuição da direção de ensino, coordenação pedagógica, psicóloga e assistente social, unindo assim forças para fortalecer a inclusão no ambiente.

À medida que os alunos com necessidades especiais chegam até a instituição é feito um levantamento de questões que os levem a obtenção informações sobre o educando, busca-se com isso, informações sobre sua trajetória de vida e principalmente a relação escolar. Procura-se ainda, conhecer o grau de deficiência e o nível de conhecimento e desenvolvimento do aluno, nesse sentido e com base nessas informações é que se adota caminhos no que se refere a estrutura, recursos no âmbito educacional e adaptações curriculares. O IFPI- procura se adaptar as necessidades dos alunos ao máximo para melhor fazer a inclusão.

Essa solidificação entre aluno, equipe pedagógica e professores é necessária e primordial. Propusemos adiante conhecer se havia algum aluno surdo que recebia esse apoio do NAPNE, com essa necessidade específica, e como o IFPI o inseria inclusivamente, a resposta que obtemos constatou que não encontra nenhum aluno matriculado atualmente na instituição com tal deficiência, nem outra específica. Para finalizar o diálogo, perguntamos a profissional quais as causas que justificam as dificuldades do aluno surdo em sua visão diante das experiências que possui na área de educação especial, assim relatou que: *“[...] existem algumas causas que justificam as dificuldades do aluno surdo que vão além da falta de recurso e da falta de profissionais qualificados, o aluno do ensino superior (dependendo do caso) chega na instituição com uma carga escolar fraca, onde muitas vezes alunos surdos são negligenciados e não tiveram a educação básica e atendimento específico necessário pra um melhor desenvolvimento educacional, tendo assim uma dificuldade na aprendizagem que pode se, dependendo do caso, de caráter normativo, gradual ou de forma mais lenta. Como aqui recebemos alunos de nível médio e superior sempre estamos atentos a chegada de alunos com necessidades especiais para incluí-los”*.

Diante desses primeiros resultados aqui obtidos, considerando que daremos continuidade a esta pesquisa, foi possível perceber que a o município campo de investigação precisa buscar mais informações são a presença das pessoas surdas, em especial sua presença em instituições escolares, pois quando se pensa em pessoa com característica surda e a reconhece como sujeito de direito, como também o direito à educação, entende-se, portanto que, o que foi instituído pelas leis da educação inclusiva envolve todos os sujeitos e a estes devem atender conforme suas singularidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi possível refletir através dos resultados aqui apresentados, a Lei de 9.394 de 1996 define as diretrizes para educação nacional brasileira e, no que se refere ao Estado diz que é dever do mesmo garantir um atendimento educacional especializado, de forma gratuita esse aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, nesse contexto a presença da pessoa surda no ambiente educacional formal é relevante e primordial, além de ser um direito inalienável.

Com base nessa lei de seguridade ao público aqui abordado, cabe a nós como profissionais na área da educação descobrir quem são esses cidadãos e como podemos enquanto indivíduos ativos, cidade, município, Estado, País e autoridades competentes minimizar os prejuízos concernentes a ambos, incluindo-os, bem como desenvolver ações que podem viabilizar as assertivas a serem levantadas para que de fato as leis, decretos, historicidade e lutas vividas possam ser usufruídas pelos cidadãos surdos enquanto parte de uma sociedade, porém com limitações específicas, o que não os tornam menos importantes.

Através dessa pesquisa foi possível apontar as falhas e ainda as poucas ações que são feitas alguns órgãos para trazer as pessoas surdas para dentro do ambiente escolar e mudar a sua realidade, sabendo que é possível sim através de assertivas que os alcancem na sua totalidade, incluindo nesse processo políticas públicas que valorizem as ações práticas. Além disso, agregaram conhecimentos para as carreiras como docente das pesquisadoras que se encontram em constante capacitação e assim desejam dar continuidade à esta pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 19 de junho de 2021.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais e Enquadramento da Ação**. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 25 mai. 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 04 de junho de 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5626-22-dezembro-2005-539842-publicacaooriginal-39399-pe.html> Acesso em: 13 de julho de 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 dez. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm . Acesso em: 15 jun. 2021.

ERICKSON, F. **Métodos cualitativos de investigación**. In: WITTROCK, M. C. La investigación de la enseñanza, II. Barcelona- Buenos Aires-México: Paidós, 1989, p. 195-299.

GARRET, A. **A entrevista, seus princípios e métodos**. Rio de Janeiro: Agir, 1981.

SEIDMAN, I. E. Interviewing as qualitative research. A Guide for Researchers in Education and the Social Sciences. Columbia: Teachers College Press, 1991.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SKLIAR, C.B. **Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos**. In: SKLIAR, C.B. (Org.). Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em Educação Especial. Porto Alegre: Mediação, 1997. p. 105-153.

STROBEL, Karin. **As Imagens do Outro Sobre a Cultura Surda**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008.